

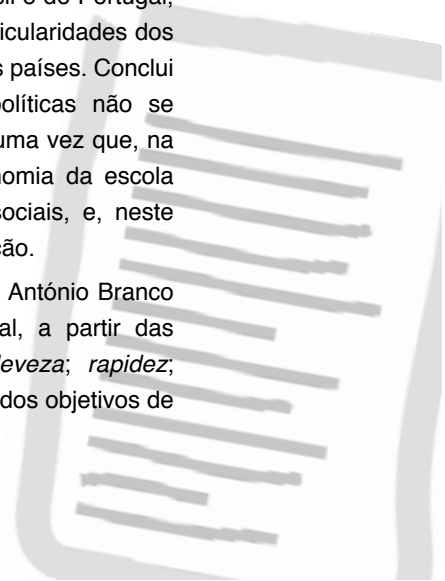
Editorial

Este primeiro número de 2014 da Revista Portuguesa de Educação exprime inequivocamente, mais uma vez, a educação como campo vasto de estudo, cuja pluralidade explica a diversidade de abordagens e problemáticas, de questões de investigação ou opções metodológicas. Conhecemos bem as disputas em torno das potencialidades da investigação científica assim fundamentada; entende-se, por isso, que a discussão das pesquisas que se seguem contribui para fortalecer uma comunidade científica que se identifica tanto pela elucidação de práticas polifacetadas, como pelos olhares múltiplos que para tanto são convocados.

A abrir este volume, Marilda Schneider e Elton Luiz Nardi, a partir da análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 para aferir a qualidade da educação básica brasileira, discutem as tensões existentes entre as variáveis que integram o sistema. Concluem os Autores que “a política em que se inscreve o IDEB, nas condições postas, não avança em relação a concepções de *accountability* que possam ser articuladas com uma política educacional de qualidade”, já que tal avaliação “coloca em causa apenas o desempenho dos estudantes e das escolas, excluindo outros fatores” imprescindíveis para assegurar essa qualidade.

No segundo texto, Elma Carvalho apresenta um estudo comparativo das reformas na administração do sistema educativo do Brasil e de Portugal, a fim de, entre outros objetivos, identificar orientações e particularidades dos modos de apropriação de modelos de gestão pública nos dois países. Conclui a Autora que as tendências gerencialistas das atuais políticas não se concretizam, nem necessária nem inteiramente, na prática, uma vez que, na sua perspetiva, a descentralização, a participação e autonomia da escola dependerão “muito mais do “jogo de forças” dos atores sociais, e, neste sentido, podem vir a submeter-se a outras formas de regulação.

Partindo de experiências na formação de não-atores, António Branco identifica princípios orientadores de uma pedagogia teatral, a partir das propriedades da literatura definidas por Italo Calvino: *leveza*; *rapidez*; *exatidão*; *visibilidade*; e *multiplicidade*. No ensaio, no quadro dos objetivos de



uma Oficina de Teatro que não visa uma formação especializada conducente ao exercício da profissão de ator, mas antes “uma visita guiada” a esse universo, metaforizado em campo de batalha, o Autor identifica os elementos essenciais dos conflitos que estão na origem “das dificuldades e resistências dos alunos”. O que a estes se propõe, então, “é o de se aperceberem desse campo de batalha, o de o compreenderem melhor e o de, eventualmente, experimentarem travar as lutas que quiserem ou puderem”.

Também no âmbito da educação em Teatro, Jean Carlos Gonçalves discute, por recurso a um estudo empírico, uma dimensão da sua pedagogia: a avaliação. Destacando a natureza inacabada dos exercícios cénicos dos alunos, problematiza a questão do que está certo ou errado numa cena teatral. Assumindo as especificidades do objeto da avaliação, a posição do Autor é a de que a “sua concretização torna-se quase inatingível” quando estão em causa “conceitos e notas justas”. Num exercício de aproximação entre educação, linguagem e teatro, a análise foi realizada pela perspectiva dos estudos de Bakhtin, tendo apontado para os “diferentes sentidos de avaliação docente, entre eles a relação entre processo e produto”, questão que pode ser extensível a toda a educação em artes.

Igualmente ecoando as teorias de Bakhtin, o texto de Míria Gomes de Oliveira discute “controvérsias, diversidade e polifonia” no ensino da leitura e da literatura no ensino médio brasileiro. Na consideração da diversidade social e cultural da população estudantil da educação básica, com base no conceito de polifonia e de “literatura menor”, a Autora postula *práticas de leitura menor e polifônicas* em que o contato entre as vozes de professores e alunos e as vozes dos textos canónicos e não-canónicos levem leitores a posicionamentos críticos.

A discussão em torno de práticas reflexivas de professores da educação superior constitui o objeto do artigo que Hedioneia Pivetta e Silvia Isaia desenvolvem a partir de uma pesquisa de “cunho qualitativo narrativo com características de investigação-formação”. Da análise dos diários de campo com narrativas de professores, dos diários de aula e das transcrições de encontros de um grupo de reflexão, as Autoras destacam o valor formativo do grupo reflexivo, na medida em que este tipo de reflexão sobre o cotidiano docente traz novos significados à educação superior, contribuindo para a melhoria da qualidade da docência universitária. Destacando o contributo que

o estudo realizado pode representar para a instituição de espaços semelhantes nos distintos territórios da educação superior, ressalva-se, no entanto, que “a constituição do grupal exige conhecimentos e habilidades próprias ao campo teórico conceitual envolvido, mas, acima de tudo, a disposição e o compromisso das pessoas/professores com sua formação”, já que o “professor só se transforma se ele aceita aprender, o que envolve um itinerário vivencial-profissional”.

Em *Os fins e os meios da Educação Moral nas escolas brasileiras: Representações de educadores*, a equipa liderada por Maria Suzana Menin apresenta um estudo junto de diretores, coordenadores pedagógicos e professores de escolas públicas brasileiras, sobre a existência de Educação Moral ou em Valores, na escola, por que fazê-lo e como. Num quadro de entendimento amplo de Educação Moral, tomada também como equivalente a Educação em Valores, o estudo revela grande unanimidade quanto ao papel da escola nesta missão, ao mesmo tempo que, contudo, mostra a falta de consenso quanto a finalidades e modos de atuação. A concluir, o texto enfatiza “a necessidade de formação contínua e sistematizada de educadores, em que suas concepções e experiências possam ser consideradas, refletidas, discutidas, de sorte que os conteúdos sejam trabalhados em conjunto e possibilitem uma real transformação”.

O texto de Eliana Silva e Teresa Freire defende o desenvolvimento positivo de adolescentes enquanto fundamento para o desenvolvimento de programas de mentoria. Destacando-se, nesta perspectiva, “a importância das relações de suporte estabelecidas com adultos não parentais e pares responsáveis para a definição positiva das trajetórias desenvolvimentais”, concebe-se o adolescente como sujeito dotado de potencialidades e recursos que têm de ser desenvolvidos. O estudo mostra como os programas de mentoria têm sido eficazes tanto na prevenção “do desenvolvimento em comportamentos de risco” como “na promoção de um desenvolvimento bem sucedido na escola, na comunidade e na vida em geral”, precisando-se ainda assim de mais investigação e teoria com vista à maximização da “sua eficácia e o seu potencial efetivo na promoção de adolescentes bem sucedidos no presente e adultos responsáveis no futuro”.

O volume encerra com uma Nota de Leitura da obra de Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho e de Carlos Henriques de Carvalho, publicada

pela Editora Alínea, em 2012, com o título *O lugar da Educação na Modernidade luso-brasileira no final do século XIX e início do século XX*. Para o Autor da Nota, José Moreno Afonso, o desafio que se nos coloca com a obra é o de “repensar a história da educação numa dimensão comparativa”, já que o seu objetivo é discutir as iniciativas levadas a cabo, no campo educacional, por Brasil e Portugal, através dos exemplos de dois municípios, respetivamente Uberaninha e Mafra.

Percorrendo campos de práticas tão diversos quanto a avaliação dos sistemas e o desenvolvimento de programas de mentoria de adolescentes, este número da *Revista Portuguesa de Educação* propõe agora à exploração e debate pelos leitores o conjunto de análises de investigações que se segue.

Maria de Lourdes Dionísio
Fátima Antunes